

Brasília, 11 de abril de 2024.

A/C
Rede Metodista de Educação ("RME")
N/P Heartman House Consultores Ltda

Com Cópia para:
Medeiros Administração Judicial
N/P Dr. João Medeiros

Assunto: Notificação Extrajudicial – Descumprimento do Plano de Recuperação Judicial, processo n.º 5035686-71.2021.8.21.0001, e das Parcelas Extraconcursais do Acordo Coletivo de Trabalho.

Prezados representantes financeiros da RME,
Senhores Felipe Araújo e Rodrigo D'Amico

Pela presente, a **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – CONTEE**, o **SINDICATO DOS PROFESSORES DE SANTO ANDRÉ, SÃO CAETANO E SÃO BERNARDO DO CAMPO**, o **SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS**, o **SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA/MG**, o **SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, o **SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO**, o **SINDICATO DOS PROFESSORES DE SANTOS E REGIÃO** e o **SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DO CAMPO, SÃO CAETANO DO SUL, DIADEMA, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA – SAAE-ABC**, todos qualificados nos autos da recuperação judicial n.º 5035686-71.2021.8.21.0001, neste ato denominados, em conjunto, apenas como "Sindicatos" ou "Notificantes", representando extraordinariamente todos os credores trabalhistas concursais e extraconcursais da RME, com fundamento no art. 8º, III da CF/88, vêm à presença de V. S.^a promover a presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL da RME, nos termos do art. 726 do Código de Processo Civil, e com espeque nos arts. 397 do Código Civil e 61 da Lei 11.101/05, a respeito dos seguintes fatos e circunstâncias:



(32) 3215.6571
(32) 3532.4441
(32) 3532.4558



Juiz de Fora
Ubá



www.dpv.adv.br
@ contato@dpv.adv.br

Como é de seu conhecimento, os Sindicatos têm buscado variadas alternativas para auxiliar no **processo de soerguimento** da RME, assim como têm envidado esforços para solucionar, ou pelo menos equacionar, problemas relativos ao **cumprimento do plano de recuperação judicial** (“PRJ”).

A título ilustrativo, cita-se o recente acordo coletivo de trabalho (“ACT”) firmado com a RME e com vistas à obtenção do parcelamento do pagamento das verbas rescisórias e indenizatórias devidas aos 600 (seiscentos) trabalhadores, aproximadamente, dispensados sem justa causa em dezembro de 2023, ao pretexto da necessidade de enxugamento de despesas operacionais; de igual forma, cita-se o ajuste que culminou no compromisso de a RME providenciar o pagamento das parcelas fundiárias devidas em virtude do PRJ até a data de 29/03/2024, apesar de se tratar de uma obrigação concursal vencida desde dezembro/2023, quando completaram-se 12 meses da homologação do plano.

Não obstante os hercúleos esforços envidados pelos Sindicatos e a busca periódica de soluções dialogadas, inclusive aquelas quinzenalmente realizadas sob a mediação da diligente administração judicial, o fato é que os limites de tolerância com os reiterados descumprimentos têm colocado os Sindicatos em posição de denunciá-los.

Quanto ao ACT firmado para pagamento das verbas extraconcursais devidas aos 600 (seiscentos) trabalhadores dispensados em dezembro de 2023, a RME descumpriu a cláusula nona, parágrafo quarto, inciso IV, pois deixou de depositar as parcelas fundiárias juntamente com as parcelas rescisórias devidas a partir de fevereiro/2024; esse fato foi reportado à equipe econômica da RME, que reconheceu e se comprometeu ao pagamento retroativo do montante devido a título de FGTS até o dia 16/04/2024, estando os Sindicatos no aguardo e confirmação de que esse equívoco seja regularizado até a mencionada data.

Melhor sorte, porém, não se verifica quanto ao pagamento do FGTS concursal, previsto na cláusula 3.2.3 do PRJ, cujo pagamento estava previsto para ocorrer “*em até 12 (doze) meses contados a partir da Data de Homologação do PRJ*”, ou seja, até dezembro de 2023. Os Sindicatos não promoveram a denúncia quanto ao descumprimento do plano, considerando o compromisso formalmente assumido pela RME, nos autos da recuperação judicial, de que o pagamento da referida parcela ocorreria até 29/03/2024, “carimbando” as



receitas advindas da alienação do imóvel “Izabela Hendrix”, *campus* Praça da Liberdade, para essa finalidade.

Não obstante as concessões, permanece substancialmente inadimplida a obrigação concursal, conquanto a parcela não tenha sido quitada para alguns milhares de credores concursais; segundo o relatório apresentado pela RME, foi depositado o valor do FGTS corrente exigido pela Caixa em favor de aproximadamente 3.000 credores e a multa de 40% em favor de apenas 750 desses credores; não obstante, o Quadro Geral de Credores (QGC) aponta a existência de pelo menos 4.500 credores de FGTS e da multa de 40%, havendo considerável descumprimento da obrigação.

Alia-se a isso o fato de que o pagamento da parcela de até R\$10 mil a que alude a cláusula 3.2 do PRJ, realizados essencialmente em novembro e dezembro de 2023, apresentou-se defasado em relação aos índices de atualização aplicados pela RME. Quanto ponto, a questão foi objeto de amplo debate, inclusive com a ilustrada Administradora Judicial, tendo havido o reconhecimento de que o pagamento efetivado pela RME foi inferior ao pactuado, na ordem de R\$1,3 milhão, não tendo havido, até o momento, qualquer aceno quanto à data do pagamento da diferença, representando indiscutível descumprimento do plano.

Por fim, e de igual maneira, os credores do Instituto Izabela Hendrix (“IMI”), já habilitados no QGC, tiveram a análise de seus créditos concluída pela ilustrada Administradora Judicial, apontando-se a existência de aproximadamente 120 (cento e vinte) credores aptos ao recebimento das parcelas descritas na cláusula 3.2 do PRJ, não tendo a RME providenciado o respectivo pagamento, tampouco informado data para tal quitação.

Posto isso, não obstante as reuniões quinzenais mediadas pela diligente administradora judicial, o fato é que nem mesmo os “(re)ajustes” estabelecidos vêm sendo cumpridos a contento pela RME, razão pela qual não resta alternativa aos Sindicatos senão lançar mão do presente expediente de NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL para compelir a RME ao cumprimento de todas as parcelas devidas e relativas ao plano de recuperação judicial e do acordo coletivo de trabalho até a data de 16/04/2024, sob pena de restar inequivocamente





Drummond, Piva e Valente
Advogados Associados

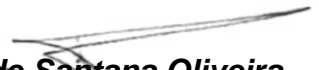
constituída em mora, com as adoção das medidas pertinentes perante os Juízos da recuperação judicial e trabalhistas.

No aguardo de que essas questões sejam solvidas no prazo ora fixado, subscrevem a presente notificação para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Atenciosamente,



Rodrigo Valente Mota
OAB/MG 92.234



José Geraldo de Santana Oliveira
OAB/GO 14.090



(32) 3215.6571
(32) 3532.4441
(32) 3532.4558



Juiz de Fora
Ubá



www.dpv.adv.br
@ contato@dpv.adv.br